



Reforma Administrativa está na pauta prioritária dos presidentes da Câmara e do Senado

Os novos presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Arthur Lira (PP-AL), divulgaram nesta quarta-feira (3) uma pauta conjunta que prioriza projetos econômicos. Dentre as pautas está a votação da PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa e traz consigo o fim da estabilidade do servidor público, redução do salário inicial de diversas carreiras (para os novos servidores), dentre tantas outras mazelas. A PEC dos Fundos e do Pacto Federativo também foram citadas como prioridade. Na PEC do Pacto Federativo está o que Paulo Guedes chama de “três Ds”: desobrigar (o pagamento de salários para o funcionalismo), desindexar (benefícios sociais deixarão de ser reajustados pela inflação) e desvincular (retirar os gastos mínimos com saúde e educação).

Para o economista Márcio Pochmann, o governo Bolsonaro insiste em medidas que exigem sacrifícios da população, enquanto os mais ricos são poupados. “A receita não cresce e como o governo não pode gastar mais, corta mais serviços dos pobres e não cria impostos para os mais ricos, taxação das grandes fortunas, como deveria fazer”, afirmou em entrevista à CUT.

Para eleição da Câmara, em troca do apoio do centrão, o governo federal liberou ao menos R\$ 3 bilhões para congressistas durante o período da campanha eleitoral no Congresso, conforme revelou o jornal O Estado de S. Paulo.

Para Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), “vai ser um toma lá dá cá jamais visto nesse país. Acho que nem no período do Sarney havia tanta troca nessas bases como se imagina que ocorrerá. Justamente com o propósito de tirar proveito político dessa dependência do governo. Certamente haverá muitos pedidos de impeachment, haverá pressão popular e o Lira pra conter isso vai obter algum tipo de contrapartida”, afirmou o especialista.

Com informações do Brasil de Fato e CUT Brasil

O Serviço Público está salvando o Brasil



Já está mais do que provado: a tentativa de implementação de um Estado mínimo, a partir da aprovação de políticas ultraneoliberais, também significa tornar mínima a saúde, a educação, a segurança pública e os direitos de todos brasileiros e brasileiras. Valorize todos os trabalhadores, que mesmo com jornadas três vezes maiores do que deveriam ser e tantos ataques, seguem dando o melhor para o País. Seguiremos lutando por vocês e, portanto, pelo futuro do Brasil.

Via: @condsef_fenadsef
 #ImpeachmentBolsonaroUrgente
 #BolsonaroGenocida

Toma lá dá cá...

